

# Conheça a atuação do **Instituto Guaicuy** em Abaeté

O Guaicuy presta assessoria técnica para comunidades atingidas e afetadas pelo rompimento da barragem da Vale



# SUMÁRIO

1ª Edição | Abril de 2021

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)</b> .....  | <b>03</b> |
| 1.1 O que é o Instituto Guaicuy? .....   | 04        |
| 1.2 Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)? .....   | 05        |
| 1.3 Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça ..... | 06        |
| 1.4 Fluxo previsto no acordo .....   | 09        |
| <b>2. Municípios com atuação do Guaicuy</b> .....  | <b>10</b> |
| <b>3. Comunidades assessoradas em Abaeté</b> .....   | <b>12</b> |
| 3.1 Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários .....  | 13        |
| 3.2 Valores destinados ao município pelo acordo .....  | 15        |
| 3.3 Demandas comunitárias .....  | 16        |
| <b>4. Saiba como encontrar informações mais detalhadas</b> .....   | <b>24</b> |



# Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)





A vertical image on the left side of the slide showing the dark silhouette of a tree against a sunset sky with orange and blue tones.

1.1

O que é  
o Guaicuy?

O Instituto Guaicuy realiza ações socioambientais há mais de 20 anos em Minas Gerais e carrega o repertório acumulado pelas décadas de trabalho do Projeto Manuelzão (UFMG).

Em 2019, foi uma das entidades eleitas para prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas e/ou afetadas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Nossa equipe é multidisciplinar, composta por profissionais da saúde, direito, comunicação, agrário, economia e ambiental.

# 1.2

## Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)?

O objetivo principal das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) é garantir o acesso à informação, inclusive técnica, e auxiliar as pessoas atingidas ou prejudicadas a participar de maneira informada durante o processo judicial.

As ATIs também mapeiam os impactos do rompimento da barragem nas comunidades e atuam como assistentes das Instituições de Justiça que representam as comunidades no processo coletivo (Defensoria Pública/MG e Ministério Público/MG).

# 1.3

## Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça

Em fevereiro de 2021 foi assinado o acordo entre Vale, Governo de MG e Instituições de Justiça que resolve parte do processo coletivo para reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale S/A no Paraopeba, de Brumadinho à Três Marias.

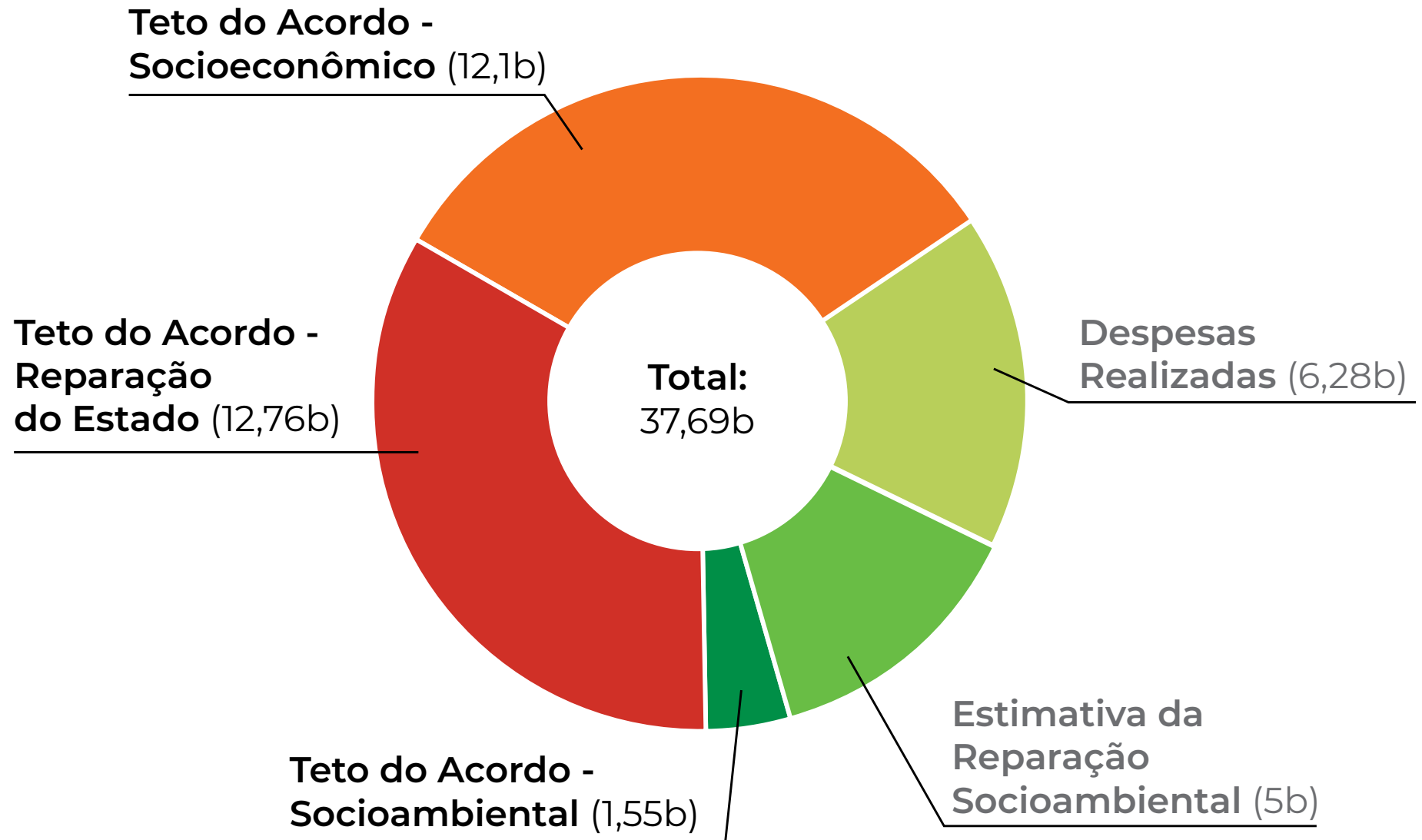
O valor total do acordo é de R\$37,69 bilhões, dos quais R\$6,28 bilhões são referentes a obrigações anteriores já pagas pela mineradora e R\$5 bilhões são estimados para a reparação socioambiental. Os outros R\$26,41 bilhões serão destinados à reparação socioambiental e socioeconômica dos danos coletivos e difusos das comunidades e aos danos causados ao Estado de Minas Gerais.

Saiba mais: [especial sobre valores do acordo.](#)



# DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES NO TETO DO ACORDO

Teto do Acordo = Socioeconômico + Socioambiental + Reparação do Estado = 26,41b





No Teto Socioeconômico (12,1 bilhões) do acordo está previsto o total de R\$ 2,5 bilhões para Projetos para Bacia do Paraopeba (Anexo 1.3), relacionados às áreas de educação, patrimônio cultural e lazer, geração de renda e retomada econômica, infraestrutura, saúde e assistência social.

Esses projetos serão executados diretamente pela Vale e serão escolhidos pelo Comitê de Compromitentes (Instituições de Justiça e Estado de Minas Gerais), com consulta aos Municípios e às pessoas atingidas.

Além dos projetos previamente listados no acordo, os municípios e as comunidades atingidas também poderão submeter outros projetos relacionados ao fortalecimento dos serviços públicos.



# 1.4

## Fluxo previsto no acordo

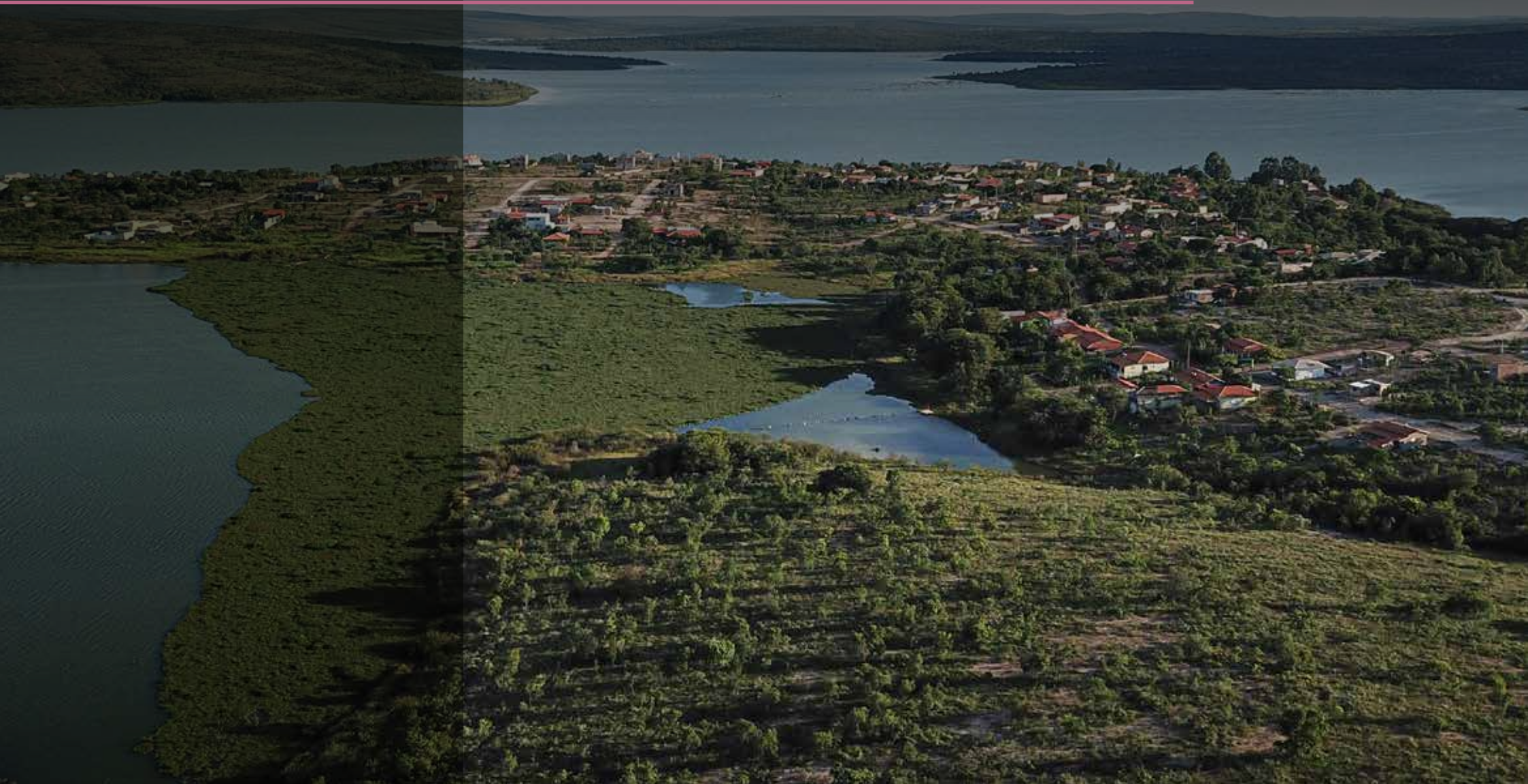
Confira abaixo o passo a passo dos projetos vinculados ao Anexo 1.3 propostos pelas comunidades atingidas:

1. Escolha de projetos prioritários pelas pessoas atingidas e prefeituras;
2. Descrição dos projetos em formulário próprio;
3. Entrega dos projetos ao Comitê de Compromitentes (formado por Instituições de Justiça e Estado de MG);
4. Seleção técnica dos projetos a serem disponibilizados para consulta das pessoas atingidas;
5. Consulta para priorização dos projetos a serem implantados;
6. Definição dos Compromitentes sobre os projetos priorizados e envio para detalhamento e posterior execução pela Vale.



2.

## Municípios com atuação do Guaicuy





Clique aqui  
para acessar o  
mapa virtual  
e visualizar  
cada uma das  
comunidades  
assessoradas  
pelo Instituto  
Guaicuy



REGIÃO 5

Instituto  
**GUAICUY**

REGIÃO 4

Instituto  
**GUAICUY**

REGIÃO 3

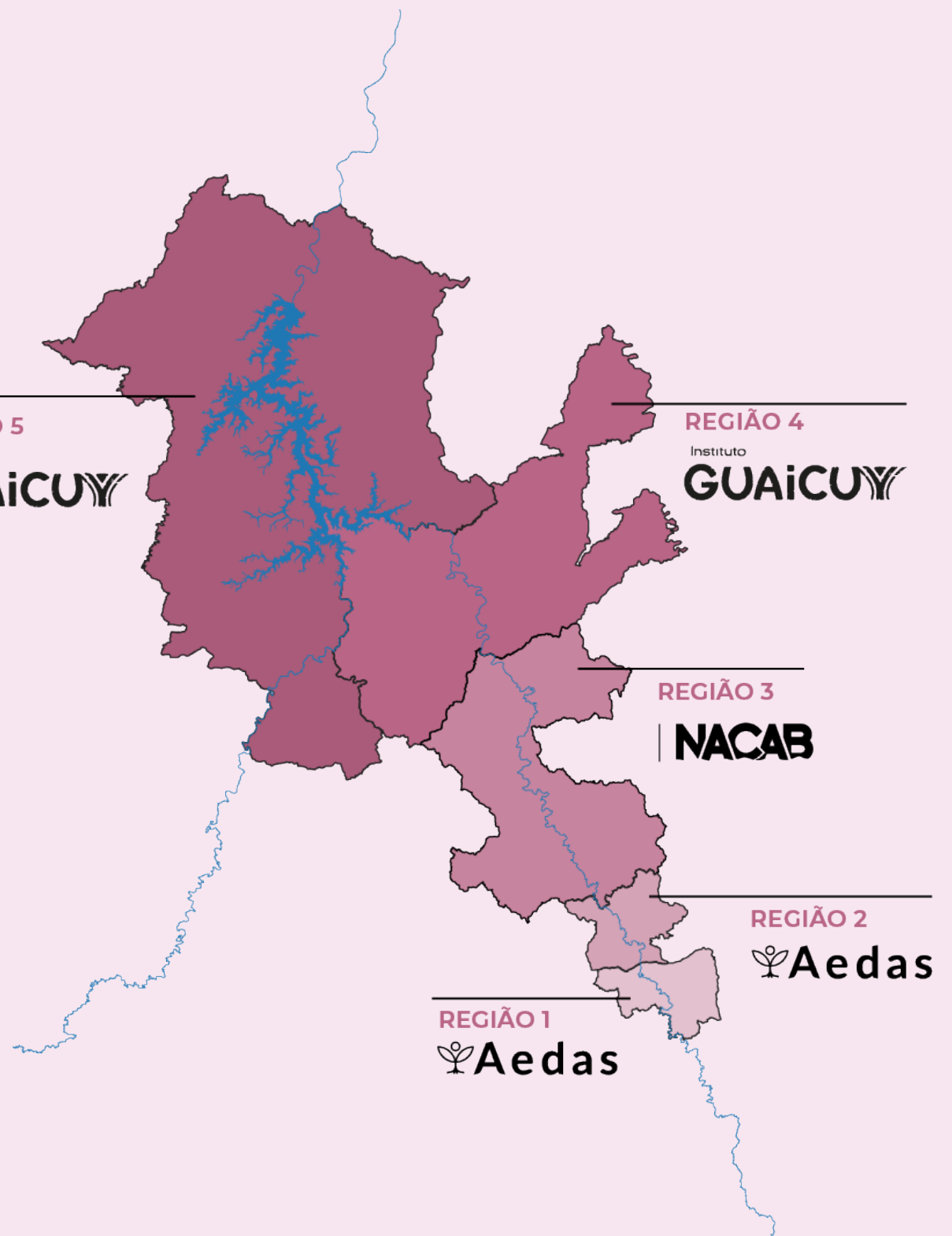
**NACAB**

REGIÃO 2

 **Aedas**

REGIÃO 1

 **Aedas**





3.

# Comunidades assessoradas em Abaeté



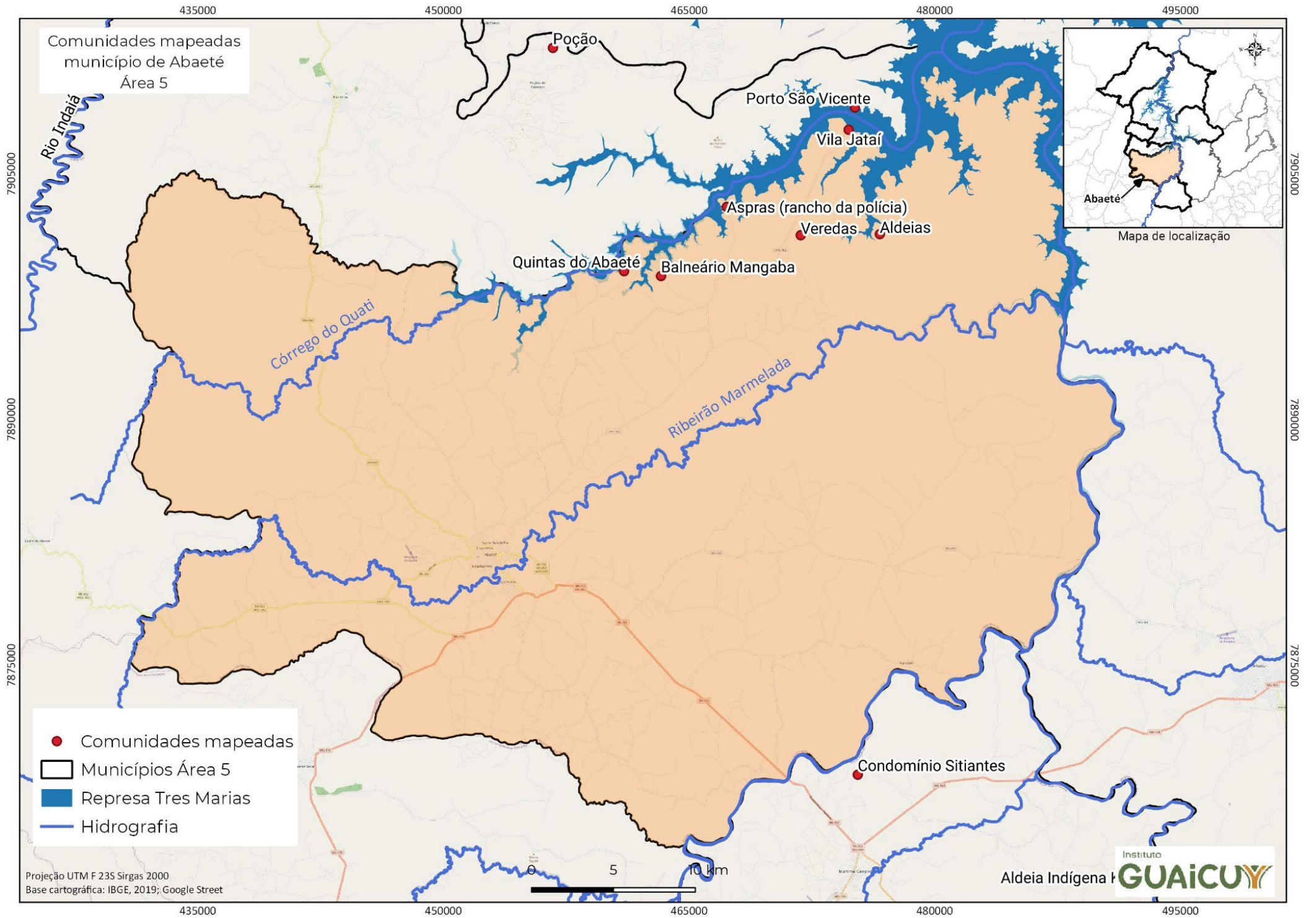


# 3.1

## Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários

No município de Abaeté, o Instituto Guaicuy assessora as comunidades de **Aldeias, Veredas, Vila Jataí, Balneário Mangaba, Quintas do Abaeté, Aspras (rancho da polícia) e Riacho das Areias.**

Nossa atuação é especialmente por meio de reuniões periódicas com núcleos comunitários que são espaços com as pessoas de determinada região para debater questões vinculadas aos processos judiciais que tratam do rompimento da barragem.





# 3.2

## Valores destinados ao município pelo acordo

No acordo assinado por Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça está previsto (Anexo 1.3) a destinação de R\$ 60,9 milhões para o município de Abaeté.

Para fins de comparação, em 2020 o município arrecadou R\$ 62,4 milhões. Ou seja, o recurso destinado pelo acordo para Abaeté é equivalente a 97,6% do total da arrecadação em 2020.



3.3

## Demandas comunitárias

Desde 2019 o Instituto Guaicuy recolheu e sistematizou através da realização de Diagnósticos Rápidos Participativos e do acolhimento aos atingidos diversas demandas ligadas ao impacto do rompimento da barragem no rio Paraopeba. Ressaltamos que a listagem a seguir não é definitiva, mas um indicativo das demandas das comunidades.



# Demandas comunitárias

---

## **Emprego e renda**

- Ações para a retomada do turismo, criando novos produtos turísticos - roteiros, serviços, eventos, infraestrutura de apoio e promoção - e outras formas de geração de trabalho e renda.





## Demandas comunitárias

# Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Ampliação do atendimento e fortalecimento das equipes de PSF em todas as comunidades e distritos rurais;
- Assistência e acompanhamento da saúde das pessoas que apresentam doenças e sintomas após o contato com a água do lago de Três Marias, em especial dermatites e sintomas gastrointestinais;
- Implementação, ampliação e fortalecimento do atendimento dos serviços de atenção psicossocial, como equipes volantes, nas comunidades atingidas;
- Criação de programas Segurança Alimentar e Nutricional para garantia de alimentação saudável e nutricionalmente equilibrada, em quantidade e qualidade suficiente para toda as comunidades/famílias que perderam ou sofreram alterações nas formas de produção familiar;





## Demandas comunitárias

# Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Garantia do acesso das comunidades rurais às especialidades médicas (dermatologista, psiquiatra, ginecologia, cardiologista, etc);
- Garantia de acesso aos medicamentos e insumos necessários para a saúde, bem como acesso à assistência farmacêutica para as comunidades atingidas;
- Garantia de transporte sanitário e/ou ao transporte público adequado para que as populações das comunidades rurais possam acessar os serviços de saúde e de especialidades médicas na sede do município;
- Garantir o acesso das comunidades rurais aos serviços de urgência e emergência;
- Fortalecer o serviço municipal de Vigilância à Saúde (Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador), criando uma equipe especial para monitoramento dos impactos do desastre nas comunidades atingidas;



## Demandas comunitárias

# Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Acesso à internet para garantir acesso online a atendimentos de saúde, educação e de assistência social;
- Garantir o abastecimento de água potável e de qualidade contínuo em todas as comunidades rurais;
- Instituir ações de promoção à saúde e proteção social nas comunidades (educação em saúde e cidadania e a qualidade de vida, meio ambiente e cultura);
- Instituir ações preventivas nas comunidades rurais: campanhas de imunização, prevenção para saúde da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis;
- Garantia de saneamento básico total (acesso à água tratada, esgotamento sanitário, coleta, tratamento e destino adequados do lixo) para controle e prevenção de vetores e doenças transmissíveis, além da promoção de qualidade de vida;





Demandas  
comunitárias

## Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Criar serviços de Atendimento à Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, Centros de Convivência de Idosos, Espaços de Convivência para Adolescentes e Jovens;
- Abrir o cadastramento no CADÚnico para famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família;
- Garantia do acesso à educação básica e infantil para as populações atingidas;
- Garantir, sem interrupção, merenda escolar e material pedagógico para os alunos, especialmente durante a Pandemia de Covid-19;
- Garantir o acesso à internet para o acesso às aulas remotas, devido à Pandemia de Covid-19.

Demandas  
comunitárias

## **Infraestrutura e acesso**

- Regularização no fornecimento da energia elétrica e iluminação pública rural.





**Demandas  
comunitárias**

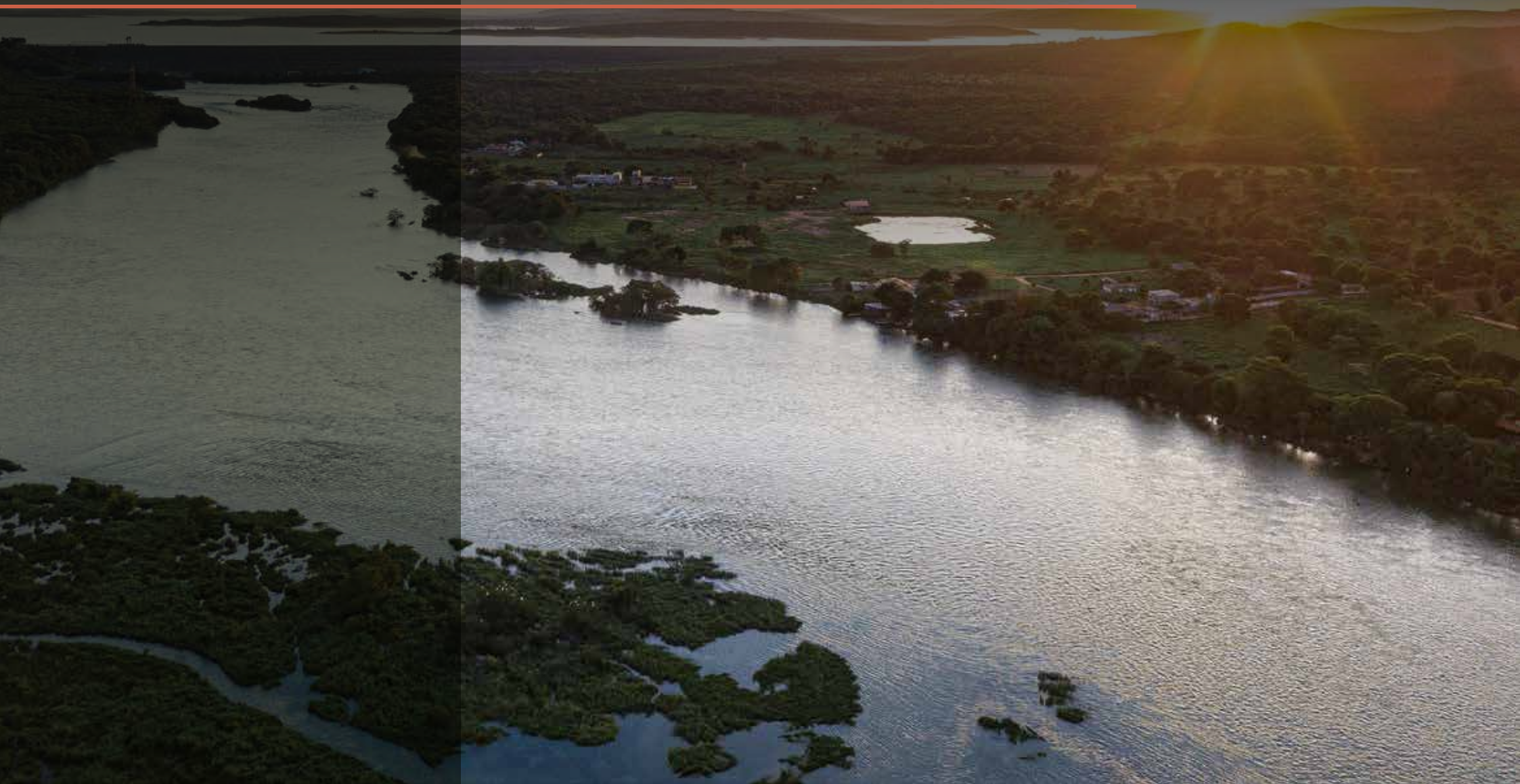
**Atividades  
Agropecuárias**

- Recuperação da qualidade do pescado em âmbito estadual e nacional;
- Acesso à assistência técnica e extensão rural - apoio na produção animal e vegetal, horticultura agroecológica, piscicultura, fruticultura, produção de leite e bovinocultura;
- Acesso às estruturas para agroindústria familiar;
- Apoio à comercialização do produção da agricultura familiar e feiras livres e do pescado;
- Demandas de organização comunitária - associativismo cooperativismo de pescadores e piscicultores;
- Execução de manutenção e estruturação de estradas rurais;
- Garantir acesso ao sinal de telefonia e internet rural;
- Apoio à sucessão rural e juventude rural, educação e escola do campo.

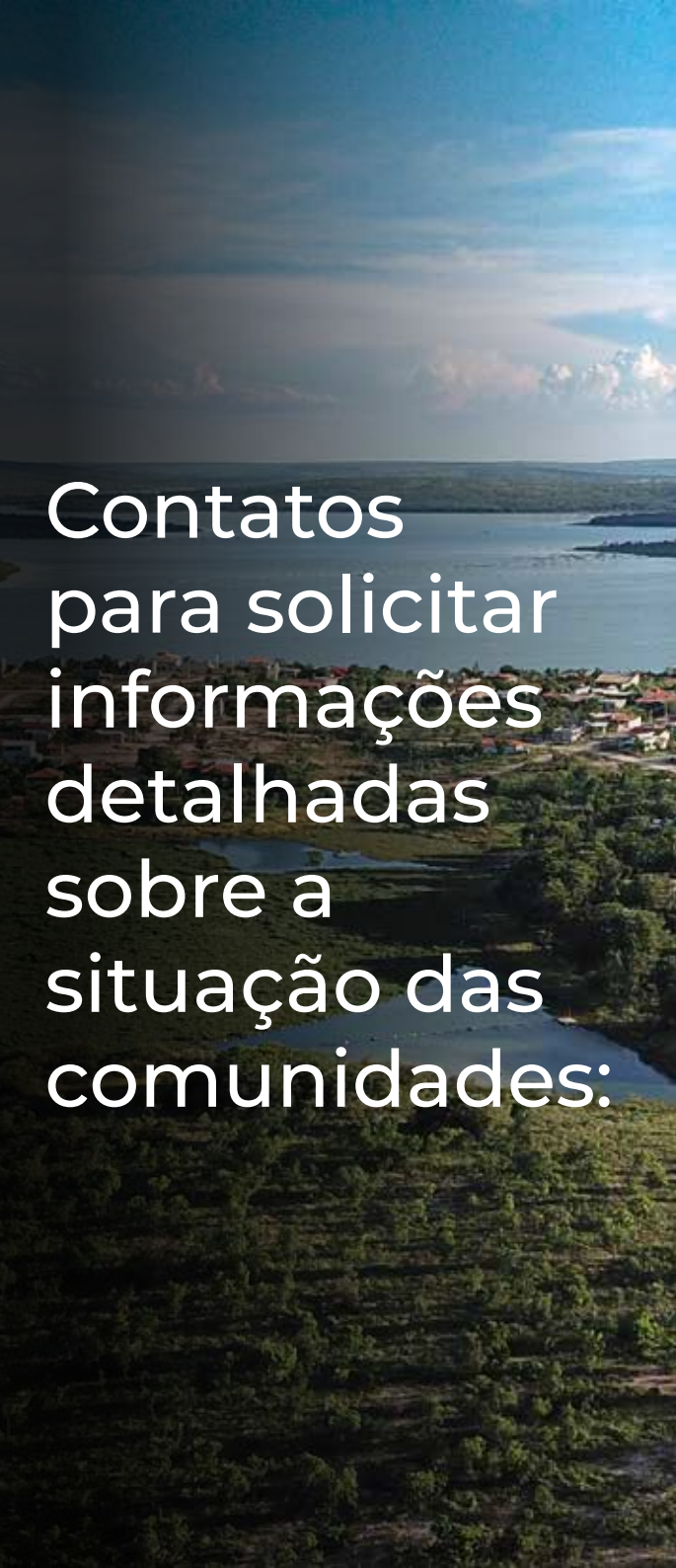


4.

# Procure o **Guaicuy**







Contatos  
para solicitar  
informações  
detalhadas  
sobre a  
situação das  
comunidades:

**Análises de água**

**Biomonitoramento**

**Condições de saúde e proteção social**

**Informações sobre violações de direitos das pessoas atingidas**

**Impactos e demandas em diferentes segmentos econômicos**

**Impactos na Produção agropecuária**

**Impactos no turismo e lazer**

**Informações socioeconômicas**

**Paula Oliveira**

[paula.oliveira@guaicuy.org.br](mailto:paula.oliveira@guaicuy.org.br)

(31) 97125-2490

**Nísio Miranda**

[nisio.miranda@guaicuy.org.br](mailto:nisio.miranda@guaicuy.org.br)

(31) 99834-5340



## Leia também:

Acordo 


Acompanhamento do processo

Planos de trabalho

---

Instituto

**GUAICUY**  
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

 (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas

ACESSE TAMBÉM PELA INTERNET:

[www.guaicuy.org.br](http://www.guaicuy.org.br) |  /institutoguaicuy |  /institutoguaicuy | [contato@guaicuy.org.br](mailto:contato@guaicuy.org.br)

**SEDE BELO HORIZONTE:**

Rua Brasópolis, 109,  
Floresta | CEP: 30111-060

**SEDE FELIXLÂNDIA:**

Rua Padre Jurandir, 279,  
Centro | CEP: 39237-000

**SEDE MORADA NOVA DE MINAS:**

Rua Coronel Arnaldo Xavier Cordeiro, 591,  
Centro | CEP: 35628-000

**SEDE POMPÉU:**

Rua Dois de Novembro, 1390,  
Trevo | CEP: 35640-000